

EDITORIAL

A **Revista Direitos Fundamentais e Alteridade** é uma publicação de natureza semestral e está vinculada à Universidade Católica do Salvador (UCSal), constituindo-se como um espaço de produção científica para professores e alunos que realizem pesquisas relacionadas aos diversos espectros da proteção aos direitos fundamentais, considerando a perspectiva da alteridade.

Tem-se como propósito uma Revista com uma linha editorial consideravelmente aberta para admitir a publicação de pesquisas capazes de tangenciar as densas discussões relacionadas aos direitos fundamentais na atualidade.

A pretensão é de que o periódico se porte como um instrumento acadêmico de difusão do conhecimento especializado, fruto dos grupos de pesquisa institucionais relacionados, mas, naturalmente, aberto também ao diálogo com docentes e alunos das outras instituições. A política editorial da Revista assenta no recebimento de artigos científicos originais, que possam contribuir para a construção da formação acadêmica em sede de pós-graduação, relacionados ao escopo da linha mencionada.

Neste novo volume, têm-se trabalhos publicados que completam o plexo extenso das discussões que tangenciam a abordagem dos direitos fundamentais na atualidade.

O artigo “*A tutela jurídica penal e a autonomia individual: a relativização da proteção penal ao bem jurídico*” teve como propósito analisar a ampla autonomia individual, frente à missão tradicional do direito penal de proteger os bens jurídicos essenciais, como forma de preservar os valores essenciais da convivência social.

A pesquisa “*Liberdade, liberdade, abre as asas sobre quem? da declaração de direitos do homem e do cidadão à declaração universal de direitos humanos*” visou ao aprofundamento das discussões críticas acerca da história, da efetividade e dos paradoxos dos direitos humanos no contexto contemporâneo.

Os autores do artigo “*Funções sociais das cidades: direito aos espaços públicos como instrumento para felicidade*” propuseram como objetivo principal explicar em que medida a ausência ou a degradação de espaços públicos nos municípios brasileiros entra em conflito com o artigo 182 da Constituição Federal de 1988.

Em “*NIP: medida extrajudicial à saúde nos processos que envolvam as assistências*”

médicas privadas, em casos de obesidade”, teve-se como finalidade averiguar como as assistências médicas privadas atuam na prestação dos serviços médicos, no tratamento da obesidade.

No artigo “*O consentimento da família como condição limitadora da autonomia do doador no transplante post mortem*”, o propósito foi discutir a legitimidade da restrição pelo ordenamento jurídico à manifestação da autonomia do doador na transplantação *post mortem*.

Em “*Uma aproximação entre a igualdade em Wittgenstein e a identidade em Descombes*”, a autora buscou analisar se o conceito de igualdade para Wittgenstein é o mesmo que identidade para Vicent Descombes em seu livro *Les embarras de l’identité*.

O artigo “*A vulnerabilidade linguística nas relações jurídico-consumeristas: corolário do princípio da dignidade da pessoa humana*” teve como pretensão de pesquisa analisar a linguagem nas relações de consumo, pautadas pelo Código de Defesa do Consumidor, tendo como princípio mor a vulnerabilidade.

Na pesquisa “*Análise da violência doméstica a partir das categorias sociedade-família-pessoa: estudo de caso de uma senhora em acompanhamento psicoterapêutico de orientação junguiana*”, os autores propuseram analisar, a partir de estudo interdisciplinar (direito, psicologia e sociologia), a violência doméstica como elemento complexo e multifacetado, sendo necessária a integração das categorias Sociedade, Família e Pessoa enquanto dimensões imprescindíveis para compreender tal realidade.

Deseja-se aos leitores um estudo proveitoso do volume ora publicado e reitera-se o convite à Comunidade Acadêmica para o envio de artigos que possam integrar os próximos volumes do nosso periódico.

Equipe Editorial.